

# Políticas Públicas de Defesa Nacional nas Fronteiras: A ocupação militar na Amazônia Oriental

*Fernando Lourenço da Silva Neto*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/10338>

## Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o cenário de atuação dos atores da gestão pública na área da Amazônia Oriental, a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado com predominância para a realidade, juntamente com suas peculiaridades de formação e de dinâmica socioespacial, tendo em vista sua localização estratégica. Como não se pode desenhar um trabalho desta natureza sem que se apoie na metodologia da investigação científica, houve uma apropriação da mesma no sentido de estabelecer os caminhos para a sua execução, quando se definiu devido seu teor a pesquisa (abordagem) do tipo quanti-qualitativa, através da modalidade (procedimento) bibliográfica, histórica e documental. É também quanto a sua natureza e objetivos (finalidade), uma pesquisa aplicada, exploratória e explicativa. Adotando o procedimento metodológico do levantamento bibliográfico e análise de dados, a presente investida investigativa buscou avaliar o papel do Brasil no que diz respeito as iniciativas de integração e segurança dos países amazônicos, integrando essa abordagem com a compreensão da dinâmica de segurança integracional da Amazônia Transnacional, em especial a Amazônia Oriental. É com base nesse percurso, que surge como resultado uma análise ampliada da importância desta região na América do Sul, a partir de inúmeros caminhos conceituais e históricos, permitindo vislumbrar aspectos fundamentais dessa região.

**Palavra-chave** políticas públicas; defesa nacional; fronteira; ocupação military; amazônia oriental.

## Abstract

This research aims to understand the scenario of performance of public management actors in the area of the Eastern Amazon, the ability to implement public policies under the responsibility of the State with predominance for reality, together with their peculiarities of formation and socio-spatial dynamics, having in view of its strategic location. As it is not possible to design a work of this nature without relying on the methodology of scientific investigation, it was appropriated in the sense of establishing the paths for its execution, when the quantitative type of research (approach) was defined due to its content. qualitative, through bibliographic, historical and documentary modality (procedure). It is

also related to its nature and objectives (purpose), applied, exploratory and explanatory research. Adopting the methodological procedure of bibliographic survey and data analysis, the present investigative approach sought to assess the role of Brazil in relation to the integration and security initiatives of Amazonian countries, integrating this approach with the understanding of the dynamics of integrational security in the Transnational Amazon, especially the Eastern Amazon. It is based on this path, that an expanded analysis of the importance of this region in South America emerges as a result, from numerous conceptual and historical paths, allowing to glimpse fundamental aspects of this region.

**Key-word** public policies; national defense; border; military occupation; eastern amazon.

## Introdução

Esta pesquisa parte da necessidade de análise da criação e implementação de políticas públicas na faixa de fronteira, em contraste principalmente com as reais condições socioeconômicas nos municípios fronteiriços, em especial o caso da Amazônia Oriental, que se apresenta como uma região estratégica, pois faz divisão com a região ultramarina da Guiana Francesa.

A pesquisa foi realizada por meio do levantamento de estudos, artigos, além de pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa. Buscou-se apresentar o cenário de atuação dos atores da gestão pública nesta área, a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado com predominância para a realidade, como já afirmado, da Amazônia Oriental juntamente com suas peculiaridades de formação e de dinâmica socioespacial, tendo em vista sua localização estratégica.

Diante do que se expõe, faz parte do escopo de objetivos desta proposta de pesquisa apresentar o contexto, as implicações, a complexidade e as limitações através de uma contextualização histórica da ocupação dessas regiões nas fronteiras, em especial a Amazônia Oriental a partir da consideração de Foucault (1999, p. 88), que afirma “[...] as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional, toma corpo nos aparelhos estatais, na formação da lei, e nas hegemonias sociais”, buscando verificar a conformidade destas políticas a respeito da sua articulação com os programas e as políticas públicas relacionadas a esta temática, conforme a ocupação e evolução social dessas áreas.

## A ocupação militar na Amazônia Oriental

O processo de ocupação militar da Amazônia detém um longo histórico, que atravessa inúmeros momentos críticos e de grandes alterações no cenário político, social e econômico do Brasil.

Para dar conta, de forma abreviada, desse processo, este capítulo aborda estas fases indo desde meados do século XVII até a contemporaneidade, apresentando os díspares momentos onde a ocupação militar na Amazônia mostrou-se como fator preponderante para proteção, cuidado e fiscalização de um dos maiores patrimônios naturais da humanidade.

### Breve Visão Histórica

A conquista e a ocupação da Amazônia foram empreendimentos conduzidos pela coroa portuguesa, planejados e executados com prioridade e que resultaram na incorporação ao território brasileiro de aproximadamente 60% (sessenta por cento) de sua área total (IGHMB, 2018).

Coube a Portugal, ainda durante a vigência da união Ibérica, sob ordens do Rei da Espanha, a expulsão dos franceses de São Luís do Maranhão e a fundação, em 1.616, do forte do Presépio de Santa Maria de Belém.

A partir dessa posição, pescadores e comerciantes ingleses e holandeses, que iniciavam sua instalação no baixo Amazonas, foram expulsos pelas forças portuguesas, que passaram então a controlar o acesso à maior bacia hidrográfica do mundo, a qual possui os seguintes aspectos significativos: área de 5,2 milhões de km<sup>2</sup>, densidade populacional de 3,2 hab/km<sup>2</sup>, 1/3 (um terço) das florestas tropicais da terra; e maior densidade biológica do planeta (IBGE, 2017).

Com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1.621, a administração desses territórios passou a ser diretamente subordinada ao governo de Lisboa (IGHMB, 2018). Iniciou-se então, um processo irreversível de exploração e penetração territorial pela vasta rede hidrográfica amazônica. Uma expedição oficial, realizada entre 1.637 e 1.639 (IGHMB, 2018), pretendeu estabelecer um limite entre os domínios das duas Coroas Ibéricas, sendo a mesma chefiada por Pedro Teixeira, que lavrou ata de posse para Portugal das terras situadas a oeste da povoação de franciscana, fundada pelos portugueses em pleno território do Equador atual.

Pedro Teixeira, nascido em Cantanhede, 1.570 ou 1.587, falecido em Belém-PA, em 4 de julho de 1.641, foi um desbravador e militar português, responsável pelas principais expedições na região da Amazônia Oriental.

Entre 1.647 e 1.651 (IGHMB, 2018), o bandeirante Antônio Raposo Tavares, realizou uma das maiores expedições geográficas da história, uma viagem de São Paulo a Belém, percorrendo mais de 5.000 km pelos sertões do contingente americano. Essa Expedição revelou acessos do sul do Brasil para a Amazônia e a importância do Rio Madeira e sua ligação com os altiplanos andinos. Por essa razão, estratégica, a Coroa portuguesa determinou a ocupação do vale do Rio Madeira pelos missionários religiosos (IGHMB, 2018), agentes imprescindíveis de conversão e conquista que, em pouco menos de um século depois da construção de Belém, haviam irradiado a ocupação por meio de dezenas de missões fundadas nos mais diversos pontos do território amazônico.

A partir de então, Lisboa determinou: o enfrentamento das incursões francesas no norte do Amazonas; a conquista dos Rios Negro e Branco; a expulsão dos jesuítas a serviço da Espanha no Rio Solimões; e a expedição ao Rio Madeira para conter a presença espanhola à oeste do Rio Guaporé (IGHMB, 2018).

Todas essas ações fizeram parte da estratégia para garantir a posse da Amazônia e tinham por objetivo preservar as conquistas territoriais empreendidas pelas expedições oficiais, pelos missionários, entradistas e bandeirantes (IGHMB, 2018).

A partir do reinado de Dom João V, de 1.706 a 1.750, Portugal passou a priorizar a definição de suas fronteiras coloniais (IGHMB, 2018), com o propósito de revisar os acordos anteriores de limites e abolir o Tratado de Tordesilhas, firmado em 07 de junho de 1.494.

A aproximação das Coroas Ibéricas e a extraordinária atuação de Alexandre de Gusmão nas negociações de fronteiras (IGHMB, 2018), resultaram na assinatura em 1.750, do Tratado de Madri<sup>1</sup>.

Naquela época na Amazônia (IGHMB, 2018), Lisboa decidira tomar para si o controle das missões religiosas, realizando um programa de profunda reorganização política, econômica, social, administrativa, judicial e religiosa. Essa política propunha-se, sobretudo, a promover o povoamento do território e a garantir sua defesa e sua posse. Vilas foram fundadas; missões elevadas à categoria de vilas; e, sobretudo, uma linha defensiva de fortificações portuguesas foram construídas para guarnecer os limites exteriores da região, tais como: São José de Marabitanas e São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro; São Francisco Xavier de Tabatinga, no Rio Solimões; São Joaquim, no Rio Branco; Santo Antônio do Içá, na

---

<sup>1</sup> Foi um tratado celebrado entre os reis João V de Portugal e Fernando VI da Espanha, ocorrido em 13 de janeiro de 1.750, onde se legalizava, pelo argumento de posse da terra, *utis possidetis*, e pela busca das fronteiras naturais, a ocupação da Amazônia e do centro-Oeste do Brasil.

desembocadura do Rio Içá com o Solimões; São José de Macapá, uma das maiores fortificações da América Latina, erguida pelos portugueses em 1.782 na foz do Rio Amazonas; e Real Príncipe da Beira, no Rio Guaporé.

Tais fortificações permitiram a ocupação definitiva do território e demonstraram o propósito de Lisboa em defender e consolidar o espaço amazônico conquistado (IGHMB, 2018).

Embora tivesse sido revogado logo após sua assinatura, em 12 de fevereiro de 1.761, pelo Tratado de El Pardo (IGHMB, 2018), o Tratado de Madri estabeleceu o princípio doutrinário que acabaria por prevalecer na demarcação definitiva das fronteiras do Brasil. Deve-se à penetração dos sertões pelos expedicionários, missionários, entradistas e bandeirantes, a realização física da expansão colonial portuguesa na América; e ao Tratado de Madri, a inteligência e a prioridade política para a manutenção dessa conquista territorial tão singular, e a consequente defesa de suas fronteiras.

Com base nesse acordo, o Brasil independente teria sua área total mais que triplicada e logo trataria de oficializar suas fronteiras com as nações sul-americanas recém-formadas (IGHMB, 2018); processo este que não ocorreu no restante da América hispânica e nem mesmo na América do Norte (IGHMB, 2018), em que as grandes alterações de fronteiras se deram depois da independência.

A Amazônia, a despeito de todas as dificuldades para sua colonização, permaneceu brasileira graças ao esforço (uma linha defensiva de fortificações portuguesas) e ao empenho político (Portugal passou a priorizar a definição de suas fronteiras coloniais) para manter essa vasta região como parte de seu império colonial ultramarino. Ambos — esforço e empenho político — empreendidos por Portugal.

### **O exército e a ocupação militar na Amazônia Oriental**

A Amazônia Brasileira compreende vastíssima extensão de terras e a maior bacia hidrográfica do mundo – a Bacia do Amazonas – como já outrora relatado. Pedro Teixeira, desbravador e explorador português, foi o responsável, há mais de três séculos, pela posse da Amazônia para Portugal, como já destacado. Deve-se a ele a exploração de mais de 10.000 km<sup>2</sup> de rios e trilhas, em toda a região, partindo de Belém do Pará, e chegando até Quito, no Equador (IGHMB, 2018).

A presença militar nessa área vem do início do século XVII, quando os portugueses efetivamente passaram a desbravá-la e a consolidar sua posse, como veremos nos mais adiante.

Com o passar dos anos, a Amazônia cresceu de importância no cenário nacional e recentemente de forma exponencial no cenário mundial, e hoje, enquadra diversas organizações militares, participando do processo de consolidação da defesa do território nacional e do desenvolvimento econômico.

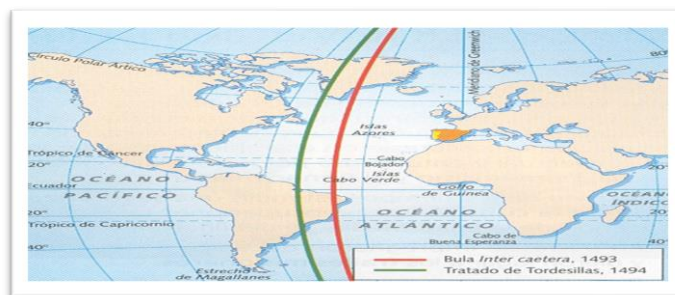
Ela engloba mais de 9 mil km de fronteiras, com dez países sul-americanos (Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Guiana Francesa, Suriname e Guiana), fator que impõe prioridade nacional de defesa a essa região. Não há como se falar do surgimento do Exército Brasileiro, sem antes se falar do surgimento da pátria Brasileira.

Diante disso, é impossível não se abordar com mais detalhadamente, os fatos da Breve Visão Histórica ao norte exposta, como se segue.

### **Relação Portugal x Espanha e o Descobrimento do Brasil**

No dia 7 de julho de 1494, o Tratado de Tordesilhas transformou os limites do antigo pacto, a Bula Inter Caetera. Segundo o novo acordo, todas as terras descobertas até o limite de 370 léguas (2500 quilômetros) a oeste de Cabo Verde seriam de domínio português.

**Figura 1 - Tratado de Tordesilhas, de 1.494**



Fonte: (IGHMB, 2018)

E assim ficou a divisão das terras “descobertas e por descobrir” entre os Reinos de Portugal e Espanha:

**Figura 2- Mapa mais antigo do Brasil**



Planisfério de Cantino, de 1502 Considerado o mapa mais antigo do Brasil

Fonte: (IGHMB, 2018)

É provável que o português Duarte Pacheco Pereira tenha feito uma viagem à costa brasileira em 1498, possivelmente visando identificar os territórios que pertenciam a Portugal ou a Castela, de acordo com o Tratado de Tordesilhas.

Mas, há mais evidências concretas de que dois espanhóis, Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, teriam viajado ao longo da costa norte do Brasil entre janeiro e março de 1.500. Pinzón foi do Cabo de Santo Agostinho até a foz do rio Amazonas.

**Figura 3- Vicente Yáñez Pinzón**



Fonte: (IGHMB, 2018)

**Figura 4 - Duarte Pacheco Pereira**

Fonte: (IGHMB, 2018)

É consenso entre a maioria dos historiadores que as expedições espanholas não influenciaram em nada o desenvolvimento do que viria a ser a única nação de língua portuguesa das Américas — com história, cultura e sociedade únicas (IGHMB, 2018).

Em 22 de abril de 1500, deu-se a chegada oficial da frota comandada por Pedro Álvares Cabral ao território denominado Ilha de Vera Cruz.

**Figura 5 - Chegada da frota de Pedro Álvares Cabral**

Fonte: (IGHMB, 2018)

A frota portuguesa deparou-se, na sua chegada, com um imenso território que já detinha diversos ocupantes em trajes diminutos, portando utensílios considerados rudimentares pelos europeus; estas pessoas foram denominadas índios, pois os portugueses acreditavam haver encontrado o caminho mais curto para as Índias, o que mostrou-se um equívoco que permaneceu incrustado na nossa linguagem até hoje.

A região sobre a qual depararam-se constituía-se, de forma plena, em grandes extensões de florestas que exibiam uma vegetação diversificada e detinha uma rica fauna. Parte extensiva desse território, hoje conhecido como Brasil, é o que hoje se denomina Amazônia, a maior floresta tropical do planeta.

A Amazônia atravessou diversos processos, acompanhando as transformações pelas quais o Brasil passou em termos históricos, tanto na sua fase como colônia portuguesa, passando por sua emancipação política na sua constituição como uma república, livrando-se do jugo português. Nos próximos sub-tópicos, busca-se fazer um escrutínio histórico dos principais eventos da região e de como estes encontram-se profundamente interligados com a história do Exército e das Forças Militares nacionais.

### **Amazônia Colônia**

Um dos pontos iniciais da história da Amazônia no período do Brasil Colônia foi a cealuma vivenciada entre portugueses e espanhóis em relação as divisões territoriais do novo país. Um dos recursos para dirimir a questão deu-se por meio de um tratado,

conhecido como Tratado de Tordesilhas, conforme aventado anteriormente. Como pode ser observado, abaixo temos uma demonstração do reconhecimento das terras, já após o Tratado de Tordesilhas:

**Figura 6 – Terras pós Tratado de Tordesilhas**



Fonte: (IGHMB, 2018)

A União Ibérica (1.580 – 1.640), união dinástica entre as monarquias de Portugal e da Espanha após a Guerra da Sucessão Portuguesa, teve como resultado dessa união que os inimigos da Espanha se voltaram contra Portugal. Deu-se então, início às invasões Holandesas nas Américas, principalmente em busca de açúcar - de Pernambuco até São Luís do Maranhão.

Começou-se a se contestar o Tratado de Tordesilhas – expansão para o oeste e após 1640, ficou facilitado para os portugueses contestarem as terras já ocupadas – mais tarde confirmadas pelo Tratado de Madri, como visto anteriormente.

A partir de então, deu-se início à uma linha defensiva de fortificações portuguesas, construídas para guarnecer os limites exteriores da região, tais como:

**Figura 7 – Localização de Fortificações na Amazônia**



Fonte: (DECEX, 2018)

**Figura 8 – Localização de Fortificações na Amazônia Colônia**

Fonte: (DECEX, 2018)

Entre as considerações das razões pelas quais as invasões, que foram inúmeras, estão: o fato dos países europeus que também estavam em processo de expansão de domínios não reconheciam a legitimidade da divisão de mundo acordada entre portugueses e espanhóis por meio do Tratado de Tordesilhas; a Inglaterra encontrava-se a pleno vapor na ampliação dos seus mercados, e o novo território mostrava um imenso potencial; a pirataria, prática milenar, teve expressivo aumento nesse período e uma “descoberta” como a das terras brasílicas era terreno fértil para tentativas de invasão e expropriação de riquezas, tendo em vista que os recursos naturais da nova terra eram altamente cobiçadas; outros motivos que podem ser reportados são os da busca por terras férteis para a criação de novas colônias, assim também a procura por metais preciosos, tão benquistos nos países europeus.

Cabe aqui traçar uma abreviada linha histórica, destacando os principais episódios de invasões na região amazônica e quais os desdobramentos desses acontecimentos.

Uma das primeiras invasões a ocorrer na nova colônia portuguesa, foi empreendida pelos franceses que, nos primeiros anos do século XVII, a invadiram pela região norte e fundaram a França Equinocial e lançam a pedra fundamental que resultará na criação da cidade de Saint Louis, atual São Luís — capital do estado do Maranhão —; uma homenagem ao rei Luís XIII. É somente em 1615, três anos após a invasão, que a tropa da Capitania de Pernambuco, comandada por Alexandre de Moura, expulsa os franceses. A vitória completa-se com a rendição francesa com a entrega do *Fort Saint Louis*. Em 1766, o então Forte São Luís é demolido, dando lugar ao Palácio dos Leões (IGHMB, 2018).

Ainda na região norte da colônia portuguesa, na floresta Amazônica, é que se dá a chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco, capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte, que partiu desta cidade para a conquista da boca do rio Amazonas. E é em 12 de janeiro de 1616, um pouco menos de um mês da sua saída do nordeste, ocorrida em dezembro de 1615, que Castelo Branco levanta, em um pequeno cabo de terra à margem esquerda do Igarapé Piri, um forte de faxina e terra batizado de Forte do Presépio de Belém (IGHMB, 2018).

Passado algumas poucas décadas, se desenrola uma das mais conhecidas expedições a começar o desbravamento da Amazônia e uma das primeiras a trabalhar na definição das fronteiras nacionais nesse espaço à época ainda inexplorado, que é a expedição de Pedro Teixeira, feita em 1637.

Coube a Pedro Teixeira realizar a primeira viagem oficial de descobrimento que subiu e desceu o longo curso desse rio, do estuário quase às nascentes, nas duas direções, reconhecendo os deltas de todos os seus grandes afluentes, levantando assim a primeira carta mais correta do curso do grande rio. As expedições eram de resgates. Embrenhavam-se nas matas com o objetivo de aprisionar índios e levá-los para servir nas missões religiosas ou junto aos colonos como mão-de-obra escrava.



A tarefa de ocupação da Amazônia era responsabilidade dos missionários religiosos, que estabeleceram os primeiros povoados. Na segunda metade do século XVII, o povoamento português já assenhorava todo o vale amazônico, ocupando o caminho aberto por Pedro Teixeira, que em 1639 tomara posse da região para Portugal (IGHMB, 2018).

Outra invasão notória do período colonial é a Invasão Holandesa que acontece em São Luís por volta de 1640. A Holanda era uma das nações interessadas nas potencialidades que a colônia portuguesa oferecia. O país europeu foi um conhecido inimigo de Portugal. Os holandeses tomaram outras cidades brasileiras, como Salvador, Recife e Olinda. A invasão de São Luís do Maranhão tinha a finalidade do aumento da capacidade de exploração açucareira que já estava em execução nas cidades litorâneas. No entanto, a ocupação holandesa teve resistência e durante 3 anos, sob a liderança de Antônio Muniz Barreiros, aliado da coroa portuguesa, uma grande guerrilha local destrói a cidade, mas resulta, em 1644, na expulsão dos invasores numa violenta batalha (IGHMB, 2018).

Em outro episódio de conflito com a Holanda, acontece em 1648, a Invasão Holandesa em Pernambuco. Esse é um dos acontecimentos relevantes pois ele desemboca na famosa Batalha dos Guararapes e é também em decorrência desse evento histórico que se sedimenta o contexto para a criação do Exército Brasileiro (EB), o que redefine as estratégias de atuação militar nas terras coloniais brasileiras.

### Figura 9 – Brasão do EB



Fonte: IGHMB, 2018)

Um dos tratados de extrema importância que se sucede já no século XVIII entre Portugal e Espanha é do Tratado de Madri, assinado entre as duas nações europeias em 13 de janeiro de 1750, consagrando o princípio do direito privado romano do *uti possidetis*, dando contorno de forma clara e sendo uma das delimitações mais aproximadas dos limites fronteiriços nacionais atuais.

É por volta deste mesmo período que se institui um ponto nevrálgico do período colonial brasileiro. Encarregado pelo governo colonial, Sebastião José de Carvalho — o notório Marquês de Pombal — se sagra como uma das figuras históricas mais relevantes da segunda metade do século XVIII na colônia da América Portuguesa, pois foi responsável pela implementação de uma vasta gama de políticas que reconfiguraram o cenário socioeconômico do Brasil.

É graças às políticas pombalinas, que tiveram sua força mais expressiva no período que vai de 1750 até 1777, que se determinou: a localização e construção de fortes em posições estratégicas, ao longo das fronteiras provisórias da colônia; foi Pombal o responsável pela mudança de status das aldeias em vilas com nome de cidades portuguesas, assim como também a fundação de algumas pequenas cidades para abrigar colônias; é sob a batuta do Marquês de Pombal que se estabelece a libertação dos índios convertidos em cidadãos portugueses; com Pombal se executa o tratado de limites, em 1750, e se estabelece a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e se cria um contexto para o estímulo à agricultura de exportação por volta de 1755.

Marquês de Pombal também se destaca por um dos grandes estimuladores do processos de miscigenação entre índios e portugueses, assim como foi um dos líderes políticos a definir a expulsão de jesuítas e outras ordens religiosas dos territórios, da mesma forma como se estabeleceu como um grande estimulador do uso de mão-de-obra de africanos escravizados (IGHMB, 2018).

É sob a atuação do Marquês que se estabelece, em julho de 1753 na Amazônia brasileira, unidades de um Exército permanente com a finalidade de proteção territorial. Vieram dois regimentos de Portugal, que receberam os nomes de Regimento da Cidade e Regimento de Macapá.

Em 1802, em função das indisposições entre Portugal e França, a Coroa resolveu trazer do Rio o Regimento de Infantaria de Estremóz, para garantir o resguardo da fronteira norte da Amazônia. É um pouco depois, dia 1 de outubro de 1821, que cria-se o Comando Supremo das Armas da Província do Pará.

Até o ano posterior, 1822, a Força Regular da região se resumia a três corpos de infantaria, um corpo de artilharia e um esquadrão de cavalaria (IGHMB, 2018).

### **Amazônia Império**

No dia 07 de setembro de 1822, o Brasil passa a estar independente das rédeas da Coroa Portuguesa. Mas na região da Amazônia Oriental, mais precisamente na Província do Grão-Pará, dominada e administrada por portugueses, não reconhecia a independência e perseguia e punia os seus solidários, cujo líder era o Cônego Batista Campos.

No dia 11 de agosto de 1823, uma nau de guerra, de bandeira brasileira, fundeu na baía de Guajará, comandada pelo capitão inglês John Pascoe Greenfell. O Porto de Belém foi bloqueado e as forças imperiais exigiam a rendição de quem se opunha à Independência Brasileira. Além disso, Grenfell realizou promessas de serem mantidas suas propriedades e que continuariam a gozar de grande influência.

Após reunião da Junta Governativa, em 15 de agosto de 1823, foi assinada a Adesão do Pará à Independência do Brasil, quase um ano depois do famoso grito às margens do Ipiranga (IGHMB, 2018).

Acompanhando os acontecimentos do período, define-se no dia 28 de junho de 1830, por Decreto Imperial, o Comando Supremo do Exército na Amazônia, com sede em Belém/PA. Foi a primeira vez que se trata de um Comando voltado exclusivamente para a Amazônia.

É em meados do século XIX, com uma intensa série de acontecimentos e desdobramentos na estrutura política e econômica do Brasil Império, que se desenrola uma das mais notórias revoltas populares no seio da região da Amazônica: Revolta da Cabanagem.

A Revolta da Cabanagem se desenrola em decorrência da forte influência portuguesa existente ainda na Província do Grão-Pará, mesmo após da Independência. A revolta teve início em 6 de janeiro de 1835 quando o quartel e o Palácio do Governo de Belém foram tomados por índios tapuias, cabanos e negros, liderados por Antônio Vinagre; e o seu objetivo era aumentar a importância do seu território no governo central brasileiro e enfrentar a questão da pobreza do povo da região, cuja maior parte morava em cabanas de barro. Foi somente 1840, cinco anos após o início dos conflitos, que o Império Brasil, por meio do seu poderio militar, consegue asfixiar a revolta (IGHMB, 2018).

Outra revolta interna ocorrida na região amazônica e que inscreveu-se na história do período imperial da Amazônia, é a Revolta da Balaiada, que desenrolou entre 1831 indo até 1841. Esta foi a mais longa e numerosa revolta popular ocorrida no Maranhão. A Balaiada foi uma reação e uma luta dos maranhenses contra injustiças praticadas por elites políticas e uma resposta às desigualdades sociais que assolavam o Maranhão do século XIX. A volta recebe este nomeação pois Balaião era o apelido de um de seus principais líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de balaios e vítima de violência policial. O

responsável pela pacificação e estrangulamento da revolta foi o Coronel Luis Alves de Lima e Silva, que comandou uma Força Militar que deu fim ao levante (IGHMB, 2018).

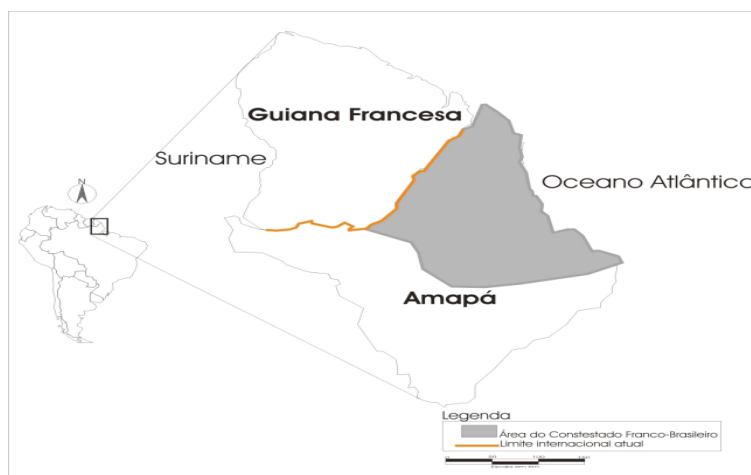
O período posterior ao do Imperial, sucedido pelo período republicano, também deu-se de forma repleta de acontecimentos importantes para a região Amazônica, contando com marcos históricos de extrema relevância para a biografia das Forças Militares Brasileiras, conforme veremos a seguir.

### Amazônia Republicana

Proclamada em 15 de novembro de 1889, a República Brasileira nasce envolta numa série de episódios marcantes, entre eles existem um conjunto de decretos nacionais que sedimentam a estruturação dos comandos militares que atuam na Amazônia. Dentre os quais, destacam-se: decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1891: criou a 1ª Região Militar, com sede em Belém/PA, embrião da futura 8ª Região Militar; decreto nº 431, de 2 de julho de 1891, que criou o 1º Distrito Militar como o Comando Supremo do Exército, com sede em Belém/PA; Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919 que transformou a 1ª Região Militar, com sede em Belém/PA, em Comando da 7ª Região Militar; dois outros decretos que fundamentam os comandos militares amazônicos, são o Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919: transformou a 1ª Região Militar, com sede em Belém/PA, em Comando da 7ª Região Militar e o Decreto nº 15.934, de 22 de fevereiro de 1923: transformou a 7ª Região Militar, com sede em Belém/PA, em Comando da 8ª Região Militar (IGHMB, 2018).

Por volta de 1900, chegamos ao legado diplomático envolvendo a questão do Estado do Amapá, que refere-se a uma disputa de limites envolvendo França e Brasil, no final do século XIX, onde a França não reconhecia o Rio Oiapoque como limite. Tal celeuma remonta ao processo do Tratado de Utrecht, de 1713, que estabelecia o Oiapoque como fronteira entre os dois reinos na América do Sul e que desdobrou-se até mesmo em tropas francesas invadindo o território brasileiro no Amapá até ao Rio Araguari, subtraindo do Brasil aproximadamente 260.000 km<sup>2</sup>, conforme indicamos na figura 10.

**Figura 10 - Área subtraída do Amapá pela França**



Fonte: (IGHMB, 2018)

Sobre o episódio das invasões francesas em território nacional, destaca-se a figura de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, que foi o maior expoente de resistência a então invasão das tropas francesas em território brasileiro. Sua bravura e heroísmo o elevaram ao posto de General Honorário do Exército Brasileiro.

Outro personagem de grande monta neste episódio belicoso e diplomaticamente problemático, foi o Barão do Rio Branco que • intermediou, junto ao presidente da Suíça, país árbitro, cujo laudo pericial, expedido em 1º de dezembro de 1900, foi favorável ao

Brasil, restabelecendo o antigo limite do território brasileiro, no Rio Oiapoque (IGHMB, 2018).

Entre as figuras responsáveis pela modernização do Exército Brasileiro, o general francês Gamelin foi o principal influenciador do EB, na adoção de doutrinas e a padronização de procedimentos operacionais, conforme salienta Domingos Neto (2007):

[...] O General Maurice Gustave Gamelin, o principal chefe da Missão Militar Francesa contratada pelo governo brasileiro para modernizar o Exército. Pouco ou nada lembrado pela literatura especializada, Gamelin atuou entre 1919 e 1924 orientando a mais radical mudança experimentada por esta instituição em toda sua existência (p. 219).

[...] Gamelin, sem acanhamento, declarou-se inteiramente devotado à grandeza da pátria brasileira: “Trazemos ao Brasil, depois de uma longa preparação, os ensinamentos da guerra moderna, nossa própria experiência no campo de batalha. Mas estimamos respeitar, em todas as circunstâncias, vossas tradições e vossas condições especiais de clima e terreno” (p. 251).

[...] ensinamentos doutrinários de Gamelin, do seu projeto de modernização do Exército brasileiro, dos regulamentos que redigiu e das escolas especializadas que organizou (DOMINGOS NETO, 2007, p. 253).

A atuação de Gamelin pode ser percebida nas décadas posteriores, nas quais pelotões especiais de fronteira (PEF) foram desenvolvidos para os trabalhos de proteção fronteiriça na Amazônia. Um deles, o primeiro foi criado em 1920 e na localidade Cabeça de Cachorro, em Cucuí no Amazonas (DECEX, 2018).

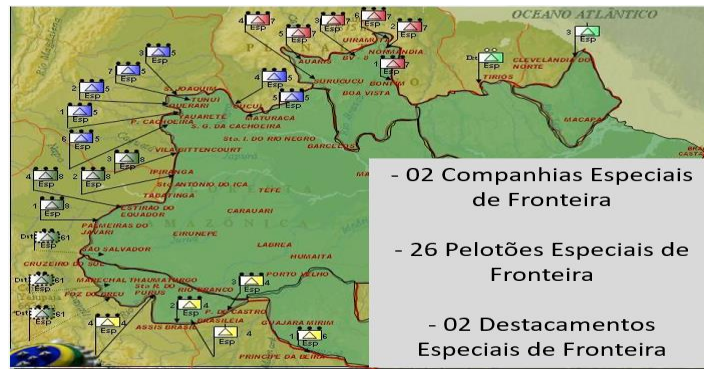
**Figura 11 – PEF, em Cucuí/AM**



Fonte: (DECEX, 2018)

Na ilustração sublinhada aqui, verifica-se a distribuição dos Pelotões Especiais de Fronteira, juntamente com as Companhias Especiais de Fronteira (CEF) e os Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF). Os dados são referentes a 2018:

**Figura 12 – Pelotões Especiais de Fronteira – 2018**



Fonte: (DECEX, 2018)

Acompanhando esse percurso, destaca-se a criação, em 1942, da Colônia Militar de Clevelândia do Norte, na cidade do Oiapoque no Amapá.

**Figura 13 - Colônia Militar de Clevelândia do Norte em 1942**



Fonte: (DECEX, 2018)

**Figura 14 - Região da Guerrilha do Araguaia**



Fonte: (IGHMB, 2018)

É então, a partir dos primeiros anos da década de 1970, que se iniciam, sob os governos militares atuantes no país, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) que tiveram a região amazônica como um dos seus pilares mais fortalecidos e explorados. O 1º PND estabelecido no período de 1972 a 1974, pelo governo Médici, buscava desmobilizar a luta pela reforma agrária no Nordeste e através da colonização oficial preencher o “vazio demográfico” da região. Neste período é criado o PIN – Plano de Integração Nacional, em que o lema era *integrar para não entregar*. É este o momento da abertura da Rodovia Transamazônica e da implantação do projeto de colonização ao longo desta rodovia, além da criação de inúmeras organizações militares (IGHMB, 2018).

**Figura 15 - Projeto Rondon**



Fonte: (IGHMB, 2018)

A Rodovia Transamazônica (BR-230) é uma rodovia criada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), com 4.223 km de comprimento, cortando sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. No entanto, a falta de continuidade nos investimentos trouxe severos reflexos para a sua manutenção, acompanhada de muitas críticas, este cenário começou a mudar.

**Figura 16 - Transamazônica antes**



Fonte: (IGHMB, 2018)

**Figura 17 – Transamazônica depois**

Fonte: (IGHMB, 2018)

Outro projeto integrativo do período militar é a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma autarquia do governo federal do Brasil criada no governo do presidente Castelo Branco, em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, gerando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

Contudo, devido a processos de denúncia de corrupção na superintendência, SUDAM entra em crise no final dos anos 90 e em 2001, no dia 24 de agosto de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso extingue a autarquia e cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Apenas em 2003, sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, é que a SUDAM é recriada e permanece ativa até os dias correntes (IGHMB, 2018).

Seguindo nossos percursos de exploração historiográfica da Amazônia no período republicano e escrutinando abreviadamente os projetos e eventos relevantes da região, é que chega-se aos grandes projetos-territoriais implantados na região Amazônica, nas décadas de 50 a 80, e que concentraram-se, majoritariamente na Amazônia Oriental, tais como: Rodovia Belém-Brasília; assim como os Projetos de Usinas Hidrelétricas (UHE), tais quais a UHE de Tucuruí, no Estado do Pará, a UHE de Coaraci Nunes, no Amapá; destaca-se também o projeto ALBRAS-ALUNORTE para o beneficiamento da bauxita e alumínio, no Estado do Pará e o Projeto Alumar, no Estado do Maranhão, para a produção de alumínio.

**Figura 18 – Tucuruí**

Fonte: (IGHMB, 2018)

**Figura 19 – Alumar**



Fonte: (IGHMB, 2018)

Entre os grandes projetos-territoriais, entre as décadas de 50 e 80, destacam-se também o Projeto ICOMI, para extração de manganês na Serra do Navio no Estado do Amapá e a Estrada de Ferro de Carajás, no Pará, que interliga a mina de Carajás ao Porto de Itaqui, em São Luís, Estado do Maranhão (IGHMB, 2018).

**Figura 20 – ICOMI**



Fonte: (IGHMB, 2018)

**Figura 21 – CARAJÁS**



Fonte: (IGHMB, 2018)



Outra iniciativa preponderante da região Amazônica é o Programa Calha Norte, criado em 1985, cujo o objetivo era do desenvolvimento em defesa da região Norte. O programa foi idealizado em 1985 durante o governo Sarney, com o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica. Abrange 442 municípios, de dez estados: AC, AP, AM, MA, MT, MS, PA, RO, RR e TO.

Um dos objetivos do programa era da manutenção da soberania da Amazônia, contribuindo com a promoção de seu desenvolvimento ordenado e sustentável (defesa, segurança, desenvolvimento, presença do Estado, ocupação, infraestrutura e atendimento a população local). As ações do programa se realizam por meio de convênios com estados e prefeituras e se dividem em duas vertentes, uma civil e a outra militar.

A vertente civil do programa atua na promoção do desenvolvimento regional, com a construção de estradas, escolas, hospitais, portos, a implantação de rede elétrica urbana e rural, entre outros; A vertente militar desempenha ações em prol do desenvolvimento sustentável regional, com atenção às unidades militares e aos Pelotões Especiais de Fronteira (IGHMB, 2018).

**Figura 22 – Programa Calha Norte**



Fonte: (IGHMB, 2018)

**Figura 23 – Programa Calha Norte**



Fonte: (IGHMB, 2018)

## Amazônia Oriental e o Exército

A relação entre da Amazônia Oriental e o Exército Brasileira é ubíqua, o que justifica a criação, em 1956, do Comando Militar da Amazônia, estipulado a partir do decreto nº 40.179, de 27 de outubro de 1956, delimitando a sede do comando em Belém do Pará. O comando tem sua missão resumida na célebre afirmação do General Rodrigo Octávio J. Ramos, que deslindou a seguinte frase: “árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la!” (DECEX, 2018).

**Figura 24 - Brasão do CMA**



Fonte: (DECEX, 2018)

É este diapasão que nos permite delimitar um abreviado apanhado evolutivo da ocupação militar na Amazônia, a partir do final dos anos de 1960 até meados de 2017, cuja linha histórica pode ser colocada a partir desses dados relevantes aqui: o Decreto nº 64.366, de 17 de abril de 1969: transferiu a sede do Comando Militar da Amazônia (CMA) de Belém/PA para Manaus/AM, mantendo a subordinação da 8ª Região Militar ao CMA, e criou a 12ª Região Militar, com sede em Manaus/AM; a criação da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá/PA, elaborada a partir do Decreto nº 77.804, de 9 de junho de 1976 (DECEX, 2018); assim como também a transformação da 8ª Região Militar que passa a ser denominada, a partir de julho de 1992, como Comando Militar do Norte, retornando seu status de 8ª Região Militar em abril de 1995.

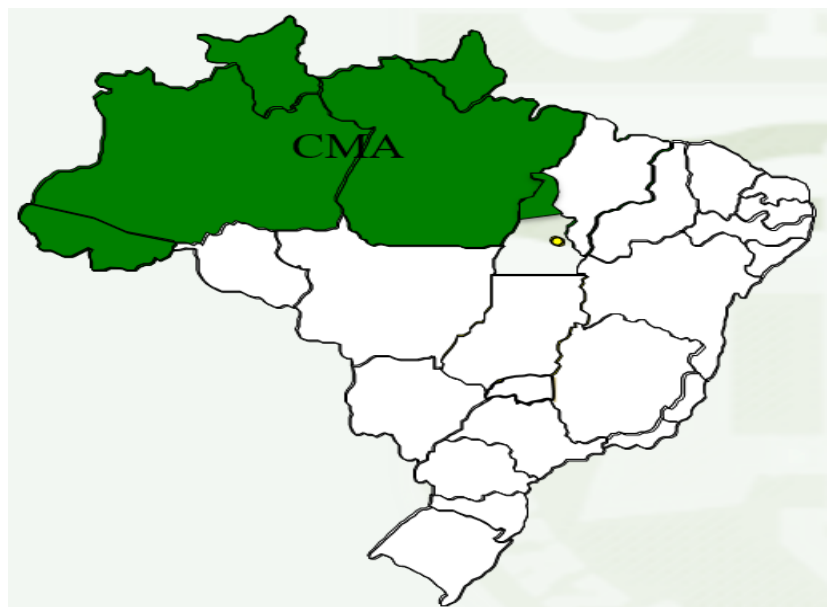
**Figura 25 - Brasão da 8ª RM**



Fonte: (DECEX, 2018)

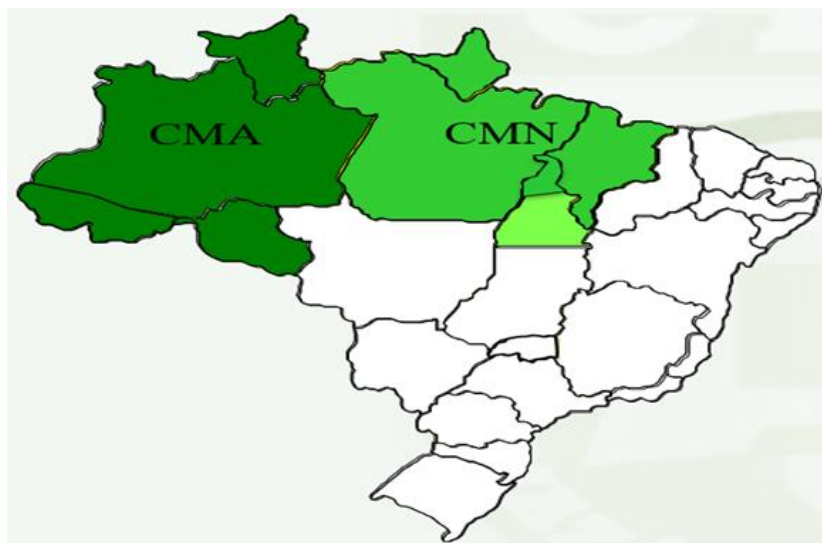
Dando continuidade ao apanhado, é através do Boletim do Exército nº 9, de 27 de fevereiro de 2004, que é organizada a 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército, com sede em Belém/PA, e por meio da Portaria nº 142, de 13 de março de 2013 que se criou o Comando Militar do Norte (CMN) com sede em Belém/PA. O CMN compreende os estados do Pará, Amapá e Maranhão e parte do Tocantins e tem por objetivo a multiplicação de ações do Exército Brasileiro na Amazônia Oriental (DECEX, 2018).

**Figura 26 – Antigo CMA**



Fonte: (DECEX, 2018)

**Figura 27 – Atual CMA e CMN**



Fonte: (DECEX, 2018)

**Figura 28 – Brasão CMN**

Fonte: (DECEX, 2018)

**Figura 29 - Fachada do CMN**

Fonte: (DECEX, 2018)

Conforme afirmou o Comandante Geral do Exército Brasileiro, Gen. Ex. Villas Bôas, em Belém do Pará, no dia 26 de junho de 2013:

As mudanças que marcaram a história recente do país provocaram o estabelecimento de diferenças marcantes entre as realidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e estratégicas da Amazônia Ocidental e Oriental. Em consequência, **como reconhecimento da importância de Belém e de sua área de influência, ativa-se, nesta data, o Comando Militar do Norte**. Rompem-se, portanto, os vínculos que por séculos identificaram e uniram toda a estrutura militar terrestre na Amazônia. (DECEX, 2018).

É com essa finalidade integrativa, cujo objetivo se delimita a partir do desejo de potencializar, politicamente, a presença militar na foz do Rio Amazonas e no Estado do Amapá e região fronteiriça, assim como também Aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre na Região Amazônica (AMAPÁ e região fronteiriça) e contribuir com a implantação do CMN, desonerando-o do enquadramento direto de OM, que se publica a Portaria nº 447 – EME, de 24 de outubro de 2017, com a Diretriz de Implantação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada no Estado do Amapá (DECEX, 2018).

Figura 30 – Brasão da 22ª BDA INF SL



Fonte: (DECEX, 2018)

Essas políticas de proteção e preservação efetivada pelo Exército Brasileiro é visível na forma como o efetivo militar na Amazônia se ampliou no decorrer das décadas, como podemos observar fazendo um recorte temporal que inicie na década de 60, com o início do processo de ocupação da região.

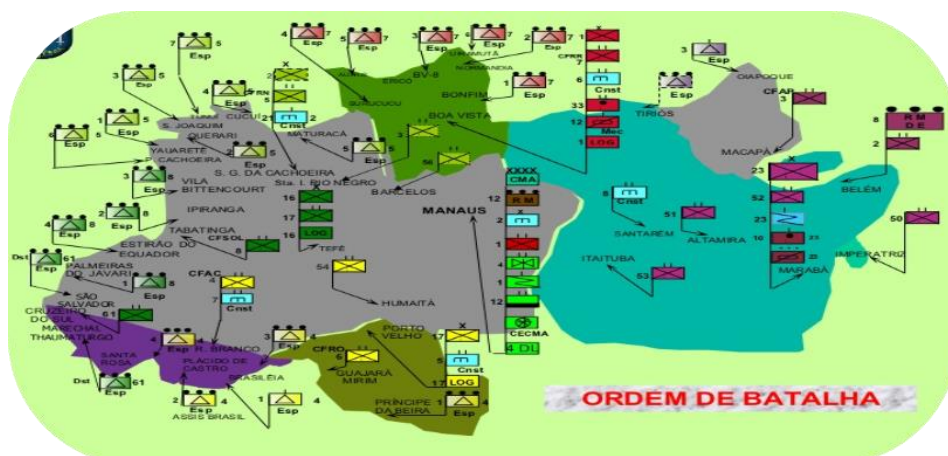
Figura 31 - Década de 60. Aproximadamente 10.000 militares



Fonte: (DECEX, 2018)

Na década de 60, com pouca estrutura e ainda em fase de implementação das suas ações, as Forças Militares contavam com um contingente de 10.000 militares alocados em diferentes estados, mas ainda de forma esparsa e com restrições estruturais de locomoção. Realidade que se altera ao analisar o contingente atual, que está integrado e conta com uma robusta estrutura, o que dimensiona a ocupação militar da Região Amazônica, conforme é possível visualizar na ilustração que segue.

**Figura 31 - Atualmente. Aproximadamente 30.000 militares**



Fonte: (DECEX, 2018)

Um dos pontos fortes de atuação do Exército Brasileiro se dá pela sua participação no desenvolvimento regional através da Engenharia Militar. Um exemplo emblemático neste sentido, entre os diversos que poderiam ser apresentados, é o caso da BR-163, rodovia federal brasileira que integra a cidade de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, até Santarém, cidade do Estado do Pará.

**Figura 32 – Engenharia do EB**



Fonte: (DECEX, 2018)

**Figura 33 – Engenharia do EB na BR 163**



Fonte: (DECEX, 2018)

A estrada é de 4.476 km, uma parte no coração da Bacia Amazônica. A estrada tem quase 1.000 km, todos no estado do Pará, anteriormente, sem asfalto; cenário esse que se modificou completamente com a intervenção da Engenharia Militar do Exército, que passou a integrar a força de trabalho responsável pelo projeto e dar encaminhamento célere às suas demandas (DECEX, 2018).

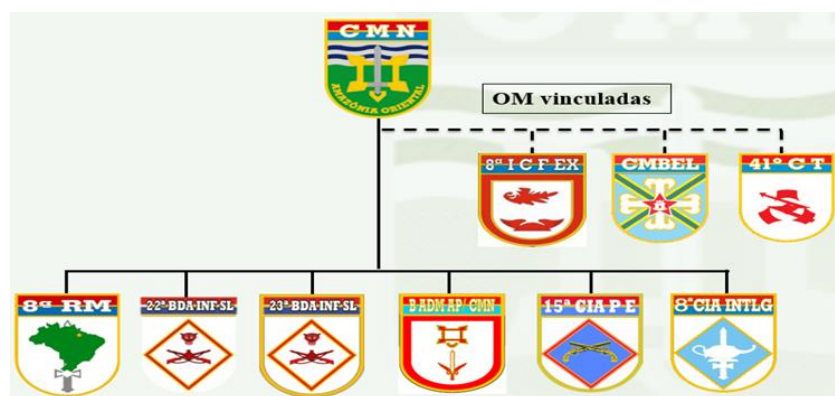
### Organograma das Organizações Militares da Amazônia Oriental

Encerrando o ciclo investigativo que temos percorrido ao longo desta pesquisa, identifica-se a necessidade de elaborar um quadro expositivo geral que apresente, de forma geral, o organograma das Organizações Militares da Amazônia Oriental — quais as companhias, bases de administração, colégios militares, entre outros organismos militares — assim como também quais organizações estão em status de estudo de implementação.

O Comando Militar do Norte (CMN) se estrutura a partir dessas organizações: 8ª RM – 8ª Região Militar (Belém – PA); 22ª BDA INF SL (Macapá – AP) e 23ª BDA INF SL (Marabá – PA), Brigadas de Infantaria de Selva; B ADM AP/CMN (Belém – PA), Base de Administração e Apoio ao Comando Militar do Norte; 15ª CIA PE (Belém – PA), 15ª Companhia de Polícia do Exército; 8ª CIA INTLG (Belém – PA), 8ª Companhia de Inteligência; 8ª ICEFEX (Belém – PA), 8ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do EB; CMBEL (Belém – PA), Colégio Militar de Belém; 41º CT (Belém – PA), 41º Centro de Telemática (DECEX, 2018).

Conforme ilustração em destaque, a estrutura hierárquica do Comando Militar do Norte se engendra com as Organizações Militares – OMs vinculadas, tendo logo em seguida as brigadas de infantaria, as companhias e as regiões militares.

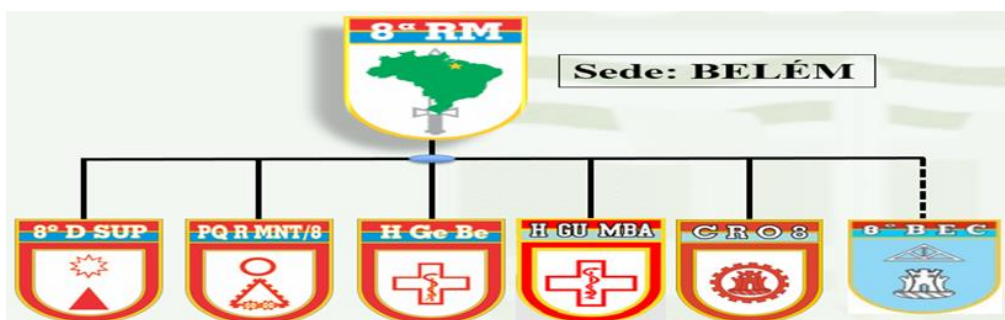
**Figura 34 – Organograma do CMN**



Fonte: (DECEX, 2018)

Os organismos militares que integram a 8ª Região Militar (8ª RM): 8º DSUP (Belém – PA), 8º Depósito de Suprimento; PQ R MNT/8 (Belém – PA), Parque Regional de Manutenção da 8ª Região Militar; H Ge Be (Belém – PA), Hospital Geral de Belém; H Gu MBA (Marabá – PA), Hospital da Guarnição de Marabá; CRO/8 (Belém – PA), Comissão regional de Obras da 8ª Região Militar; 8º BEC (Santarém – PA), 8º Batalhão de Engenharia de Construção (DECEX, 2018).

**Figura 35 – Organograma da 8ª RM**



Fonte: (DECEX, 2018)

Ocupando diferentes estados a 22ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), sediada em Macapá no Amapá, tem a seguinte composição organizacional: 2º Batalhão de Infantaria de Selva (Belém – PA); Comando de Fronteira do Amapá / 34º Batalhão de Infantaria de Selva (Macapá – AP); 24º Batalhão de Infantaria de Selva (São Luís – MA); Companhia de Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva (Macapá – AP) (DECEX, 2018).

**Figura 36 – Organograma da 22ª BDA INF SL**

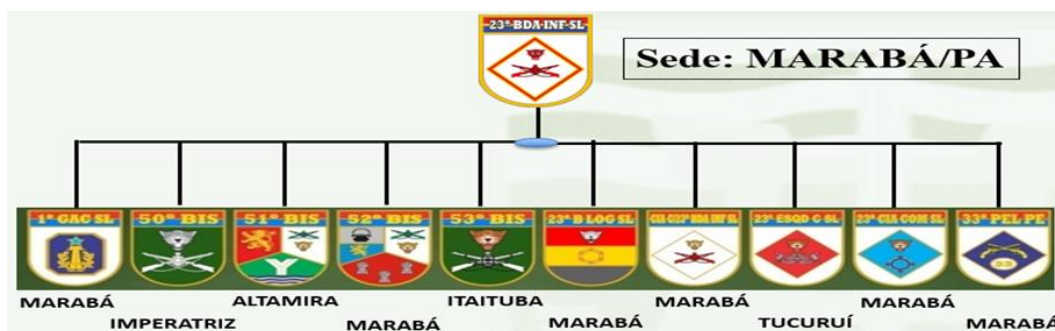


Fonte: (DECEX, 2018)

Com sede em Marabá, no estado do Pará, a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), se estrutura a partir da seguinte composição: (DECEX, 2018): 1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (Marabá – PA); 50º Batalhão de Infantaria de Selva (Imperatriz – MA); 51º Batalhão de Infantaria de Selva (Altamira – PA); 52º Batalhão de Infantaria de Selva (Marabá – PA); 53º Batalhão de Infantaria de Selva (Tucuruí – PA); 23º Batalhão Logístico de Selva (Marabá – PA); Companhia de Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (Marabá – PA); 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva (Tucuruí – PA); 23ª Companhia de Comunicações de Selva (Marabá – PA); 33º Pelotão de Polícia do Exército (Marabá – PA) (DECEX, 2018).



**Figura 37 – Organograma da 23ª BDA INF SL**



Fonte: (DECEX, 2018)

Dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), temos a seguinte composição: Destacamento Especial de Fronteira de Vila Brasil (AP), que vem fortalecendo o seu compromisso e a sua vocação de defender a fronteira Norte da Amazônia Oriental, o Comando de Fronteira AMAPÁ/34º BIS, através do Destacamento de Vila Brasil, conta com abnegados combatentes da Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte que, superando as agruras da selva, prosseguem no destemido compromisso de defender o Brasil (EB, 2019); outra organização militar componente dos PEF, é 1º Pelotão Especial Fronteira de Tiriós (Parque do Tumucumaque – PA). Este PEF atualmente, tem o contingente de 12 militares da etnia Tiriós, sem acesso por rios ou estradas. A área abriga cerca de dois mil índios e 50 militares do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira (FAB). Tiriós está a cerca de 10 km da fronteira com o Suriname (com quem faz divisa), dista 594 km de Macapá (AP) e 940 km de Belém (PA). Seus moradores têm como dialeto o Tiryiô e vivem do plantio, colheita, pesca e caça (EB, 2019).

**Figura 38 – 1º PEF de Tiriós (Parque do Tumucumaque – PA)**



Fonte: (DECEX, 2018)

Dentre das Organizações Militares da Amazônia Oriental que estão em caráter de estudo e prospecção de aumento para suas devidas instalações, temos a 22ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), com previsão para ter todos os seus dispositivos institucionais sediados em Macapá, no Amapá e que são: o 2º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (Macapá – AP); o 22º Batalhão Logística de Selva; o 22º Esquadrão de Cavalaria de Selva e a 22ª Companhia de Polícia do Exército.

Outras OMs que se encontram na mesma categoria que as anteriores são as que integram a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (BDA INF SL), com sede em Marabá no Estado do Pará e que são: a 22ª Companhia de Comunicações de Selva e a 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva, cuja previsão de implementação se deu no início do ano de 2020 (DECEX, 2018).

Estas Organizações Militares atestam a imperativa força protecional que o Exército Brasileiro e as Forças Armadas Nacionais exercem na região da Amazônia Oriental. São estas organizações as responsáveis pela proteção das fronteiras do país, atuam em diferentes frentes que vão da área da saúde e vão até manutenção e preservação da soberania nacional, o que coloca o Exército Brasil como uma das instituições fundamentais e essenciais para a nação.

## Considerações finais

Conforme identificado ao longo desta investigação, é perceptível, sob diferentes campos de análise, a importância estratégica da Amazônia Oriental, o que torna sua proteção uma medida de segurança inescapável, papel cumprido pela presença militar que mostrou-se fundamental ao longo da sua história.

Por esta razão, verifica-se que ao longo da história de ocupação desta região da Amazônia, o efetivo do Exército expandiu-se de forma expressiva. No entanto, como também observado nas leituras e análises da presente pesquisa, é patente que a Amazônia esbarra num crônico descaso oriundo dos gestores públicos que lideraram a nação ao longo de sua história. Esse processo, no entanto, não retira das Forças Armadas sua responsabilidade perene e inquebrantável de estar sempre ao lado do Estado e do povo na busca incessante da preservação dos bens da nação.

A Amazônia tem sido objeto de muita controvérsia na imprensa nacional e mais recentemente na imprensa mundial. Diante de tudo o que até o presente se abordou, conclui-se que sobre ela muitos falam, inclusive inverdades.

Essa região é detentora de exuberantes faunas e flora. Suas riquezas estão praticamente intocadas e minuciosos levantamentos indicam que abriga uma das mais extraordinárias províncias minerais do planeta.

No entanto, a hipótese inicialmente apresentada de que os municípios fronteiriços deveriam ser lugares privilegiados para se iniciar possíveis processos de interação e cooperação interinstitucional, devido a capacidade de implementação das políticas públicas de responsabilidade do Estado, através da atuação dos atores da gestão pública nesta área da Amazônia Oriental; não se consolidou, mostrando-se rechaçada e que tal problemática teve como fulcro a sensação da falta de punição e vigilância, aliada a ausência de controle social do Estado, nestas respectivas regiões, tudo dentro das proposições foucaultianas de vigiar e punir. E pelo escopo da proposta de pesquisa, as reflexões ora apresentadas cumpriram a finalidade de explicitar as deficiências das políticas públicas voltadas para a segurança nas regiões fronteiriças e de como estas podem ser reformuladas e/ou criadas de modo a se adequar a realidade da localidade onde estas se aplicam.

A América do Sul, aí incluída a Amazônia Transnacional e em especial a Amazônia Oriental; é uma região geopolítica dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais (COSTA, 2009). É exatamente essa dinâmica a que tem sido buscada pelo Brasil na sua Política Externa.

A América do Sul, aí incluída a Amazônia Transnacional e em especial a Amazônia Oriental; também é uma região que busca se estabelecer politicamente e é significativa pois consegue impor custos aos atores externos através dos impactos de acordos com outros atores ou por meio da distribuição do poder político entre regiões de um Estado ou outro ator internacional (HURREL, 2000), consolidando dessa forma uma coesão regional.

Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é, há muito tempo, área estratégica de altíssimo interesse não só para os brasileiros, mas principalmente para a comunidade internacional. Diante deste cenário, urge e se impõe a necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e melhor articulá-la com os nossos vizinhos sul-americanos (Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Guiana Francesa, Suriname e Guiana), estes também condôminos de tal patrimônio; fator que impõe prioridade nacional de defesa a essa região. Este é o maior, se não o principal, motivo da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia.

Pelo que se viu, o Exército Brasileiro, presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando cada vez mais o seu dispositivo, seja pela instalação de diversas Unidades de Fronteira, de Selva e/ou de Engenharia de Construção.

Tais unidades em pouco tempo representam verdadeiros polos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, verdadeiros e legítimos garantidores da presença brasileira e de nossa soberania nacional.

Essa ação essencialmente pioneira e desbravadora que o Exército Brasileiro realiza, não apenas na Amazônia, mas em outras regiões do País; é a parte intrínseca da sua gloriosa missão constitucional.

Colaborando com o povoamento em áreas longínquas, proporcionando um mínimo de infraestrutura até que chegue o desenvolvimento, os soldados de Caxias, fornecem serviços básicos num trabalho silencioso e quase que anônimo à grande sociedade. Esta é a significativa parcela concreta e incontestada da colaboração do Exército Brasileiro ao progresso da Nação.

## Referências bibliográficas

DOMINGOS NETO, M.; MARTINS, M. D. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p.44-48, jan./jul. 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO - EB. Noticiário do Exército. **Rendição de Vila Brasil**. Brasília: EB, 2015. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito>>. Acesso em: 31 dez.2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO - EB. Noticiário do Exército. **1º Pelotão Especial de Fronteira: Militares e Índios formam amálgama do povo Brasileiro, na defesa do País**. Brasília: EB, 2019. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito>>. Acesso em: 16 nov.2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL – IGHMB. **II Ciclo de Estudos de História Militar da Amazônia**. [S.l.]: IGHMB, 2018. Disponível em: <<https://www.ighmb.org.br>>. Acessado em: 12 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Oiapoque - Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>>. Acesso em: 08 mar. 2017.